

# Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.172 - ano 16 | Janeiro/Fevereiro de 2014 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)  
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

Pub

Gestifúnebre  
Agências Funerárias



→ Sede em CARNAXIDE  
21 424 11 50  
91 971 10 23  
96 289 40 17

**23**  
**Anos**  
de Associação  
Nacional de  
Bombeiros  
Profissionais

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE  
BOMBEIROS PROFISSIONAIS  
Fundação 14-02-1991



TRIVALOR SERVIÇOS



Por Fernando Curto, Presidente da ANBP



# Bombeiros e Jornalistas: parceiros ou inimigos?

Realizou-se, no dia 26 de Fevereiro, mais uma edição do Seminário Jornalistas e Bombeiros, integrado nas XXIII Jornadas de Prevenção e Segurança na Floresta de Betão. A iniciativa, mais uma vez organizada pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, pretende promover o debate entre os profissionais destas duas áreas tão distintas, mas que, em diversas ocasiões, têm de trabalhar juntos e cooperar.

Esta edição 2014 do seminário veio provar que o debate não se esgota. Com caras novas todos os anos no painel de jornalistas, e com novas participações na plateia e, em alguns casos, novos protagonistas em representação das entidades do sector dos bombeiros e protecção civil, este encontro veio mostrar que ainda há muito por fazer, e falar, no que diz respeito à convivência entre os dois lados.

Os jornalistas alegam que as fontes de informação nem sempre estão disponíveis. Que os dados podem não ser rigorosos. Que a pressão do timing da notícia condiciona o trabalho do repórter, sobretudo numa situação de catástrofe ou emergência.

Por seu lado, os bombeiros criticam a falta de rigor de alguns jornalistas. A entrevista que passa “deturpada” ou

cutada nas partes que o comandante considera essencial. Queixam-se que os jornalistas só querem polémica. Que não conhecem o sector, os termos técnicos ou a cadeia de comando. Quem fala, quando e em que circunstâncias.

Os comandantes dos bombeiros lembram – e bem – que o socorro está primeiro que a entrevista para a comunicação social.

E então como fazemos? Como podemos melhorar o trabalho de uns e de outros, atendendo as especificidades de cada uma das profissões?

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais é uma associação de classe. O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais representa uma classe profissional. Em mais de duas décadas de existências, ANBP e SNBP comunicam com os jornalistas!

As nossas posições, as nossas propostas, as nossas reivindicações, os nossos eventos. Tudo é divulgado a nível nacional, regional e local. Procuramos chegar aos principais órgãos de comunicação social do país, mas também aos que se focam nas regiões onde há bombeiros profissionais, sejam sapadores, municipais ou corpos mistos de bombeiros.

ANBP e SNBP dispõem de um gabi-

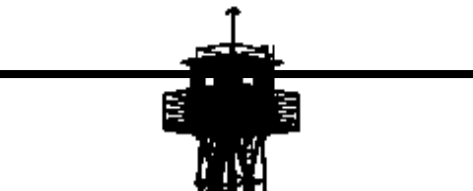
nete de comunicação, com jornalistas que asseguram a divulgação da nossa informação, mas também a resposta aos pedidos que surgem de outros jornalistas. Pedidos de comentários, esclarecimentos, gravações, presenças na televisão.

De tudo isto é feita a nossa presença nos Media!

Foi dito no Seminário, que este ano decorreu no Museu do Bombeiro de Lisboa, que a comunicação da Autoridade Nacional de Protecção Civil nem sempre é eficaz. Os jornalistas pedem rapidez, organização, rigor e... formação.

Porque não aproveitar para uma aposta concreta na formação de jornalistas e bombeiros? Não queremos que os profissionais do Jornalismo aprendam a apagar fogos! (embora isso também lhes chega necessário...). Defendemos, sim, que o trabalho de uns e de outros pode ser melhorado, com maior conhecimento e intercâmbio de experiências.

Este seminário veio provar, uma vez mais, que não podemos ser “inimigos”. Embora haja ainda essa ideia. Vamos procurar ser “parceiros”. Todos temos a ganhar com isso. Sobretudo a sociedade portuguesa, que fica melhor informada!



## Posto de Vigia

### Mais

O 23º aniversário da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, comemorado a 14 de fevereiro, ilustra a viabilidade do projeto que ao longo dos anos tem vindo a defender os interesses dos bombeiros profissionais.

“Bombeiro” foi eleita a palavra do ano 2013. A votação decorreu no sítio da Internet da Porto Editora e reuniu 48% das preferências, num universo de 15 mil cibernautas.

A iniciativa dos bombeiros da Companhia Bombeiros Sapadores de Setúbal com a realização de um calendário cujas verbas se destinam a apoiar uma causa social do distrito.

### Menos

Uma “chamada falsa” desencadeou uma mobilização de meios de socorro. Seis viaturas e 13 elementos dos bombeiros, INEM e GNR foram mobilizados para um acidente fictício, em Mesão Frio, a 17 de fevereiro.

As autarquias que não querem negociar com os Sindicatos e Acordos de Entidade Empregadora Pública para garantir as 35 horas semanais

Este jornal está escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico

Consulte o nosso site em [www.anbp.pt](http://www.anbp.pt) e o nosso Facebook

Por Sérgio Carvalho, Presidente do SNBP



# Os problemas dos bombeiros são discutidos pelos bombeiros

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais tem vindo a celebrar Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública de Norte a Sul do país, de forma a garantir a manutenção das 35 horas de trabalho semanais para os bombeiros profissionais pertencentes às autarquias. Um trabalho árduo e muito difícil, mas onde o bom senso e a defesa dos interesses da classe profissional tem imperado entre as partes envolvidas.

O bom entendimento entre as autarquias e o SNBP, representante dos bombeiros profissionais, não tem, no entanto, sido visto bom olhos por outras estruturas sindicais, que colocam entraves na celebração dos ACEEP. O mais recente exemplo remete-nos para o Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública de Santa Cruz, cuja assinatura esta pendente devido a entraves colocados pelo STAL.

A ANBP/SNBP chegou a acordo

com a Câmara de Santa Cruz-Madeira, para a assinatura do ACEEP que salvaguarda o regime das 35 horas semanais e horário especial dos bombeiros.

A data da assinatura deste ACEEP já foi por duas vezes alterada devido a contestações de outra estrutura sindical. Lamentavelmente e mais uma vez, os bombeiros foram prejudicados por esta estrutura sindical, não reconhecendo a esta classe profissional e ao Sindicato de Classe – SNBP, o direito à sua especificidade profissional.

Esta luta pela regulamentação do horário de trabalho dos bombeiros também foi um dos temas abordados na reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no dia 27 de janeiro, onde foi apresentada a proposta de regulamentação do estatuto profissional dos bombeiros profissionais. Documento produzido no âmbito do grupo de trabalho com a Secretaria de Estado da Administração Interna.



► Proposta da Câmara acordada com o SNBP, e a amarelo a posição do STAL, que quer retirar art.º 20º - Horário Especial dos Bombeiros Consulte o documento na nossa página de Facebook

# ANBP/SNBP garantem pagamento dos feriados em falta ao RSB

A Câmara Municipal de Lisboa vai pagar feriados referentes ao ano de 2012. ANBP/SNBP informam todos os bombeiros que os feriados referentes ao ano de 2012 vão ser pagos em duas partes.

A primeira em Março de 2014 e a segunda em Abril de 2014, em recibos à parte do vencimento.

ANBP/SNBP congratulam-se com

mais esta vitória dos bombeiros e mais uma vez fica demonstrado que uma luta com estratégia bem definida obtém sempre os resultados pretendidos.

Depois do horário garantido, e como sempre afirmámos, aqui estão os feriados pagos!

A direção Nacional de ANBP/SNBP

## dirigentes anbp/snbp



**Nome:** Marcos Alípio  
**Profissão:** Chefe de 2ª Classe do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa  
**Cargo:** Direção Nacional ANBP



**Nome:** Fausto Piedade  
**Profissão:** Subchefe Principal da Companhia Bombeiros Sapadores de Coimbra  
**Cargo:** Assembleia Geral ANBP



**Nome:** Angelo Pereira  
**Profissão:** Subchefe Principal do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa  
**Cargo:** Assembleia Geral ANBP



**Nome:** Eduardo Miragaia  
**Profissão:** Chefe de 2ª Classe do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa  
**Cargo:** Assembleia Geral ANBP

## ficha técnica

Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais  
Instituição de Utilidade Pública

### Diretor

Filomena Barros

### Diretor-Adjunto

Sérgio Carvalho

### Redação

Cátia Godinho

Miguel Marques

### Fotografia

Cab. Audiovisual ANBP

### Grafismo

João B. Gonçalves

### Paginação

João B. Gonçalves

### Publicidade

Paulo Bandarra

### Impressão

Gráfica Funchalense

### Propriedade

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais  
Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200 Lisboa  
Tel.: 21 394 20 80

### Tiragem

25 000 exemplares

registro n.º 117 011  
Dep. Legal n.º 68 848/93

## Alto Risco

## cupão de assinatura

Nome: \_\_\_\_\_  
Morada: \_\_\_\_\_  
Código Postal: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Tlm.: \_\_\_\_\_  
Email: \_\_\_\_\_

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros  
Enviar Cheque ou Vale de Correio para:  
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

## audição anbp AR



# ANBP ouvida no Grupo para os Incêndios Florestais

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais foi ouvida no dia 5 de fevereiro no Grupo de Trabalho para análise dos incêndios florestais. A Comissão foi constituída para avaliar os fogos de 2013. O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, baseou a sua intervenção nas medidas necessárias para melhorar o combate aos incêndios florestais no terreno, salientou as falhas existentes ao nível de hierarquias e ao nível político, e lamentou a extinção do Governador Civil. O responsável salientou ainda a importância do trabalho desenvolvido pela Força Especial de Bombeiros no terreno e apontou a necessidade de aumentar o número de elementos a nível nacional.

Também ao nível da formação, a ANBP defendeu a necessidade de uma revisão, sobretudo da forma de funcionamento da Escola Nacional de Bombeiros que considerou que deve “trabalhar numa perspetiva diferente”.

Na véspera de apresentação do Dispositivo de Combate a Incêndios para 2014, Fernando Curto lembrou que “é importante o DECIF ter em conta os bombeiros que manda para o terreno” para combater os incêndios, salientando a importância da condição física e preparação.

A ANBP entregou aos deputados do Grupo de Trabalho para Análise dos Incêndios Florestais um caderno onde apontou as fragilidades do setor e apontou as soluções para o problema.

## Algumas situações que a ANBP considera erradas ou mal implementadas nos incêndios de 2013

- Falta de recursos humanos
- Estrutura de Combate aos incêndios florestais assente no voluntariado
- Má organização do Comando e a forma como os comandantes e chefias posicionaram os meios humanos e materiais no terreno.
- Apesar dos meios técnicos, humanos e aéreos utilizados em grande número no teatro das operações, o combate e extinção, os incêndios florestais continuam a ter uma duração elevada.
- Após a morte do primeiro bombeiro e tendo em conta os riscos, número de incêndios e locais de ocorrência, os responsáveis deveriam ter optado pelo ataque defensivo que permitisse a salvaguarda dos bombeiros que se encontravam na frente de fogo, o que não aconteceu.
- Erros na estratégia de mobilização e rendição dos meios humanos e materiais.
- Em alguns casos, verificou-se uma má organização de comando e como esses comandantes e chefias posicionaram os bombeiros no terreno.
- A extinção dos Governadores Cívicos provoca uma indecisão política que não pode ser da responsabilidade dos

Comandantes. Quando um incêndio abrange mais do que um município a decisão política deveria, como antes, ser da responsabilidade de quem tinha poder para tal e em representação do Ministro da Administração Interna.

- A estratégia de combate não teve em conta os equipamentos individuais. Esses equipamentos são adquiridos pela Liga dos Bombeiros Portugueses e pelas Federações Distritais de Bombeiros com o parecer dos comandantes. Em 2006 e 2007 foram gastos 15 milhões em 2008 e 2009 entre cinco e seis milhões gastos pelos Governadores Cívicos.

- A não utilização de equipamento sapador (motoserras, máquinas de arasto).

- A falta de condições físicas dos bombeiros.

- Anarquia nos Contra-Fogos

- ANBP lamenta, e a exemplo de anos anteriores, a não implementação das conclusões e respetivas medidas corretivas por nós sugeridas que têm sido ignoradas ao longo dos anos e que certamente contribuiriam para minimizar os efeitos trágicos (humanos, materiais e económicos) que este ano se voltaram novamente a verificar.



## Propostas apresentadas pela ANBP

- Reformular o Sistema Integrado de Operações de Socorro
- Criar Áreas Metropolitanas e Áreas intermunicipais e respetivas estruturas profissionais de socorro
- Proporcionalidade entre o investimento que o Ministério da Administração Interna efetua no DECIF e o investimento na prevenção por parte do Ministério da Agricultura.
- Maior eficiência das medidas preventivas aplicadas: e em vez de apresentações periódicas às autoridades, os incendiários deveriam ser presos preventivamente ou ser portadores de pulseira eletrónica, para evitar reincidência.
- Uma maior e melhor interligação e articulação entre técnicos do Ministério da Agricultura e bombeiros através da Autoridade Nacional de Proteção Civil e Câmaras Municipais, antes, durante e depois do DECIF.
- Necessidade de equipas de 1ª intervenção e de Equipas de ataque ampliado e ataque direto mais estruturado e profissional com formação adequada.
- Dinamização e criação de novos postos de vigia, bem como contratação de mais vigilantes.
- Necessidade de revisão urgente da Doutrina de Comando e de Combate que está a ser implementada para os incêndios florestais.
- Organizar a formação em toda a hierarquia
- A tutela da Escola Nacional de Bombeiros deve ser exclusivamente da Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Mais formação não só para bombeiros como para os comandantes. - Os meios aéreos devem pertencer ao Estado e ser da exclusiva responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Apoio médico/medicamentoso aos operacionais no teatro das operações
- Repensar e reorganizar os seguros quer no que respeita à apólice como também ao valor, tendo em conta a condição do bombeiro que morre ou fica com mazelas.



## Necessidade de medidas de fundo

- Definição estratégica de políticas de prevenção
- Definição de Estatutos/regulamentos dos Bombeiros Profissionais
- Definição do número mínimo de elementos que compõem os SMPC
- Tipificação dos corpos de bombeiros de acordo com o risco da sua área de intervenção
- Divisão Geográfica de Portugal
- em três grandes áreas operacionais (Norte/Centro/Sul)
- Definição de um corpo nacional (FEB) para intervenção em qualquer altura do ano.
- Definição do número e tipo de meios aéreos do Estado
- Definição do financiamento das autarquias com bombeiros profissionais



# ANBP lamenta a extinção dos Governos Cívicos

Um dos pontos abordados pelo presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, no Grupo de Trabalho para os Incêndios Florestais foi a extinção da figura do Governador Civil. Fernando Curto assinalou o que diz ser “o vazio de decisão

no combate aos incêndios”, e lembrou que, com aquela entidade, sentia que havia uma organização que funcionava como um patamar intermédio, que era o representante do Governo. “Fazia um trabalho excelente: além de apoiar os bombeiros financeiramente, tinham

poder sobre o CODIS e na ligação com as Câmaras Municipais”.

A mesma opinião é partilhada pelo secretário-geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Rui Solalheiro, que também defendeu numa audição a 5 de fevereiro que com a

extinção dos governos civis “é a confusão total no combate aos incêndios florestais”. Para o Secretário-Geral da ANMP é preciso “uniformizar modos de atuar e organizar a capacidade de resposta” no combate aos incêndios florestais.

## audição apbv



## APBV considera legislação para voluntários “arcaica e ultrapassada”

Entre as várias entidades ouvidas pelo grupo de trabalho para análise dos incêndios florestais, na Assembleia da República, esteve a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, a 5 de fevereiro.

Durante a audição, o presidente da APBV, Rui Silva, mostrou-se preocupado pelo facto de 16 mil bombeiros dos 30 mil existentes estarem na reserva lembrando que “são homens e mulheres que tiveram necessidade de emigrar ou que o seu trabalho não permitiu fazerem a formação, que muitas vezes é fora da área de residência”.

Rui Silva indicou que a lei permite mais horas de formação no início de carreira do que no s postos de chefia. Para o responsável, a legislação para a área dos voluntários é “arcaica e ultrapassada”, e que aos voluntários são exigidas 70 horas de formação, mais do que a operacionais.

Outro dos assuntos abordados pela APBV foi a alimentação dos bombeiros que estão no teatro das operações. Rui Silva considera ser necessário haver “trabalho de casa” para antecipar os restaurantes que devem fornecer as refeições.

## audição lbp

## Presidente da LBP quer taxa municipal de proteção civil

O presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), Jaime Marta Soares, defendeu a criação de uma lei de financiamento específica para os bombeiros. Ouvido no grupo de trabalho para análise dos incêndios florestais, a 5 de fevereiro, o presidente da LBP defendeu ainda a criação de uma taxa municipal efetiva da proteção civil para ajudar a minorar as dificuldades de finanças dos corpos de bombeiros.

O dirigente da LBP defendeu que de-

vem ser criadas condições a montante para evitar os fogos florestais, incluindo a “floresta limpa, permanentemente bem cuidada” e a elaboração do cadastro da propriedade florestal.

Marta Soares comentou que o sistema de comunicação entre as várias forças, o SIRESP, “não esteve na origem” da morte de uma bombeira o verão, mas assumiu ser necessário “haver melhor cobertura” e ser resolvida a questão das baterias que alimentam as antenas.



## As contradições do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses Jaime Marta Soares acerca da Taxa Municipal de Proteção Civil

Ouvido no Grupo de Trabalho para Análise dos Incêndios Florestais, no passado dia 5 de fevereiro, o presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Jaime Marta Soares defendeu a aplicação da taxa municipal efetiva da proteção civil para ajudar a “minorar” as dificuldades das finanças dos corpos de bombeiros.

Estas declarações entram, no entanto, em contradição com aquelas que o mesmo Comandante Jaime Marta Soares fez a 12 de setembro de 2012, enquanto responsável pela área da protecção civil na Associação Nacional de Municípios Portugueses, cargo que acumulava com a vice-presidência deste organismo e com a presidência da Câmara Municipal

de Vila Nova de Poiares. O mesmo Jaime Marta Soares opunha-se à aplicação deste imposto. Em declarações à Agência Lusa, dizia que as populações não estavam em condições de pagar mais taxas. Respondia então às declarações do presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais que defendia a aplicação de uma taxa municipal de financiamento dos bombeiros.

Na edição online do jornal Público da mesma data (12/09/2012), podia ainda ler-se «Jaime Soares acusou Fernando Curto de desconhecimento e de procurar protagonismo: “deve desconhecer o valor que se pode tirar de uma taxa dessas”. Segundo o responsável da ANMP, ou a taxa

seria muito elevada ou não vale a pena e neste momento os cidadãos “não estão em condições de pagar mais taxas.”»

Passados pouco mais de dois anos sobre estas declarações, o comandante Jaime Marta Soares parece, afinal ter mudado de opinião e parece até dar razão à Associação Nacional de Bombeiros Profissionais; afinal, as taxas de protecção civil podem mesmo ajudar a financiar os bombeiros e alguns exemplos da sua aplicação no país deixam de lado aquela ideia demagógica desta ser mais um imposto a aplicar aos portugueses, nesta violenta crise que o país atravessa; afinal esta taxa de protecção civil é aplicada, na maioria dos casos, às grandes indústrias que, tendo em conta o

risco que acarretam na sua laboração, exigem mais trabalho dos bombeiros.

No entanto, não deixa de ser curiosa a mudança de opinião radical do responsável máximo da organização representativa das associações de bombeiros voluntários. Aquilo que até há dois anos lhe parecia “inconcebível” parece agora ser considerada como uma “bóia de salvação” do financiamento dessas associações humanitárias e, consequentemente, dos bombeiros voluntários.

Afinal, em que ficamos?

*A direção Nacional de ANBP/SNBP*

## audição do Mai na AR



## MAI defende reconfiguração de formação a bombeiros

O ministro da Administração Interna considera que o treino que atualmente é ministrado aos bombeiros é insuficiente. Na audição no âmbito do Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios florestais, a 26 de fevereiro, Miguel Macedo declarou que “estamos longe de ter as condições adequadas, enquanto país. Isto para não dizer mais. Na parte do treino temos um mundo todo para fazer e isso não pode deixar de ter consequências no terreno. Não investimos nisto como país nas últimas décadas como devíamos”.

Neste ponto, o ministro salientou o processo de “reconfiguração” da formação na Escola Nacional de Bombeiros e defendeu a aproximação física da formação que é dada às corporações de bombeiros. “Temos 22 delegações que estão subaproveitadas. Temos de levar a escola para junto dos bombeiros”, acrescentou.

Miguel Macedo falou ainda da necessidade do “reforço dos mecanismos de fiscalização dos dinheiros públicos” nas corporações de bombeiros. De acordo com o ministro, “em alguns casos houve má gestão ou mesmo crime”.

## Governo vai comprar dois Canadair

O Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, anunciou no dia 26 de fevereiro que Portugal vai comprar dois aviões Canadair de combate aos incêndios florestais com recurso a fundos comunitários.

Em audição no Grupo de Trabalho para a Análise da Problemática dos Incêndios Florestais, constituído na Assembleia da República, Miguel Macedo adiantou que “o país precisa ter no seu dispositivo dois Canadair. É difícil encontrar esses meios para alugar e a preços razoáveis. Como país decidimos não comprar Canadair e comprámos helicópteros pesados. A verdade é que seis anos depois, há um consenso entre todos de que precisamos de uma parrelha de Canadair”.

De acordo com o ministro, a aquisição de cada avião implica um investimento de 37 milhões de euros e que poderá “demorar mais de um ano” até que Portugal tenha os aparelhos disponíveis no combate aos incêndios florestais.

Miguel Macedo alertou ainda para os concursos internacionais em marcha, no valor total de 11 milhões de euros, para a aquisição do equipamento individual para os bombeiros.

“Temos uma parte enorme do dispositivo que não tem os equipamentos para fogos florestais. Temos nisso atrasos enormes”, admitiu o ministro que quer ter concluído “até ao Verão” o investimento para a aquisição de um “grande lote de rádios SIRESP” para as corporações.

## noticias

## MAI quer aprovar dispositivo de incêndios até março

O ministro da Administração Interna afirmou que quer ter o dispositivo operacional de combate aos incêndios do verão deste ano aprovado em meados de março, à semelhança do que aconteceu em 2013.

“Eu quero manter neste ano de 2014 a mesma linha [de 2013] de termos todo o dispositivo de verão aprovado algures em meados do mês de Março”, adiantou Miguel Macedo, durante o seu discurso de comemoração do 82.º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Azambuja, realizado em 19 janeiro.

“Julgo que isso é positivo e permite preparar com tempo todo o dispositivo e não prejudica um conjunto de ações

de formação e de enquadramento dos bombeiros portugueses”, acrescentou o governante.

Em relação aos equipamentos de proteção individual dos bombeiros, Miguel Macedo esclareceu que o Governo disponibilizou, ao todo, desde o ano passado, 11 milhões de euros e adiantou que espera ter “até Junho deste ano, o fornecimento para muitos milhares de bombeiros portugueses dos equipamentos que são indispensáveis à sua melhor proteção em operação”, apontou.

Miguel Macedo mostrou-se ainda confiante de que até Abril/Maio possam ser entregues mais equipamentos ao nível das comunicações.



## Vítimas incêndio de Bragança vão receber 2,6 milhões de euros

As pessoas afetadas pelo grande incêndio de Bragança vão receber 2,6 milhões de euros do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) para intervenções de emergência. Ao todo, existem 18 candidaturas apresentadas por seis juntas de freguesia dos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Torre de Moncorvo, pelo município de Alfândega da Fé e por alguns particulares.

De acordo com o Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Manuel Cardoso, citado pela Rádio Renascença, o montante é destinado a “ações vocacionadas, entre outros,

para os impactos erosivos sobre os solos”. Nesta fase, a verba disponibilizada deverá ser aplicada à desobstrução e correção das linhas de água, proteção e diminuição dos impactos erosivos sobre os solos, tratamento e proteção das encostas e taludes.

O incêndio de Bragança, ocorrido a 9 de julho, foi o maior de 2013. Começou em Picões, no concelho de Alfândega da Fé, e alastrou-se aos concelhos de Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo. Consumiu uma área estimada em cerca de 15 mil hectares, na maioria espaços florestais e agrícolas.

## opinião

# Audição da ANBP no grupo de trabalho para a Análise dos Incêndios Florestais

## A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais não pode ter tratamento diferente da Liga dos Bombeiros Portugueses na Assembleia da República.

No passado dia 5 de Fevereiro foram ouvidas, na Assembleia da República, no âmbito do Grupo de Trabalho para Análise dos Incêndios Florestais, a Liga dos Bombeiros Portugueses, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários.

Foi efetivamente esta a ordem das audições agendadas pelos serviços da Assembleia da República, nomeadamente o secretariado deste Grupo de Trabalho.

E tinha toda a lógica e legitimidade que fosse assim atendendo à longevidade de cada uma das Instituições, e não ao seu “poder” ou representatividade como indevidamente foi deduzido.

Foi também decidido que as audições, ao contrário de todas as outras Instituições ouvidas, iriam ser em conjunto.

Claro está que a Direção da ANBP, em devido tempo, fez chegar à Assembleia da República a discordância perante tal orgânica de trabalho.

Chegados à Assembleia a República, deparamo-nos com duas situações: a audição conjunta e a alteração das audições previamente definidas, passando a ser a ordem APBV, ANBP e LBP.

Para nós, neste caso, e apesar de discordarmos, não foi alterada a nossa ordem apesar de termos que aguardar mais de uma hora na Assembleia da República, quando poderíamos estar nas instalações da ANBP e deslocar-nos para a Assembleia da República apenas à hora em que se iniciava a nossa audição.

Depois de todos estes “atropelos” que julgamos não serem propositados, lá se iniciaram as audições.

No que à ANBP diz respeito, e já o manifestamos à Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República, aos Líderes Parlamentares e a todos os deputados que compõem o Grupo de Trabalho, houve um tratamento diferenciado tornando-se mais grave uma vez que esse desrespeito democrático teve lugar na Casa da Democracia que todos os portugueses respeitam e desejam dignificada.

No início da audiência da ANBP, o Senhor Presidente do Grupo de Trabalho, Deputado Dr. Guilherme Silva, definiu e bem as regras quer para a APBV que tinha sido ouvida, quer para a ANBP que iria começar a sua audição. Os senhores deputados fariam as perguntas, no final das quais o presidente de ANBP daria as suas respostas.

Foi, sem dúvida, uma audição que consideramos muito importante, não só pelas questões colocadas pelos senhores (as) deputados (as) como pelas respostas e todo o trabalho apresentado pela ANBP, uma vez que tinha sido entregue um dossier completo no dia anterior com as preocupações que considerávamos mais pertinentes.

Contudo, e depois de ouvirmos as três audições através do Canal Parlamento, deparamo-nos com algo que nunca pensávamos fosse possível! O tratamento diferente com que o Senhor Presidente “brindou” a Liga dos Bombeiros Portugueses em prejuízo da APBV e da ANBP.

O Senhor presidente Deputado Dr. Guilherme Silva não definiu as mesmas regras ao presidente da LBP como o fez para os responsáveis das outras Instituições. O presidente da LBP teve assim um tratamento diferenciado, na Casa da Democracia, sendo prejudicadas as restantes Instituições uma vez que o critério do debate foi diferente.

Ao presidente da LBP não lhe foram definidas quaisquer regras no início do debate pelo que falou, falou, e pior ainda, em vez de apresentar soluções, respondeu e criticou as audições anteriores, sem que o Senhor Presidente Deputado Dr. Guilherme Silva sequer o chamasse à atenção. Não apenas porque as regras não foram as mesmas para o presidente da LBP (que falou em último, quando deveria ser o primeiro conforme agenda da Assembleia da República) mas porque o presidente da ANBP não pode responder ao presidente da LBP. Em causa está uma citação minha, proferida durante a

audição: “Atendendo ao trabalho exemplar e abnegado da FEB ela é, sem dúvida, a guarda pretoriana” da Autoridade Nacional de Proteção Civil na defesa dos cidadãos e do País. Claro está que apenas e só, e com ar depreciativo, se referiu não ao todo da frase mas apenas a expressão “guarda pretoriana”.

E para culminar esta pequena “novela” os senhores deputados, TODOS, não colocaram nenhuma questão nem no início nem no fim da audição ao presidente da LBP.

Podemos, pois, perante tal situação pensar que ou a audição do presidente da LBP foi pouco relevante e como tal nada havia a perguntar, ou então os senhores deputados já sabiam do conteúdo da intervenção e estavam esclarecidos. Eu inclino-me mais para a primeira questão, uma vez que o presidente da LBP só entregou naquele momento – dito na gravação por ele – documentação ao Senhor Presidente Deputado Dr. Guilherme Silva, enquanto a ANBP o tinha efetuado no dia anterior.

A Direção da ANBP quer aqui deixar bem explícito que recusa estas posições, por parte dos Senhores Deputados; foi como que se a LBP “mandasse” nos bombeiros portugueses.

Respeitamos, como sempre o fizemos, as Instituições, porém recusamo-nos a ouvir que a LBP representa os bombeiros uma vez que a sua legitimidade apenas lhe é conferida pelas Associações enquanto Confederação de Associações Humanitárias de Bombeiros.

Não saberão os Senhores Deputados que a LBP não pode representar os “patrões/Associações” e os “trabalhadores/bombeiros”?

Os Senhores Deputados não sabem que é ilegal o facto da Escola Nacional de Bombeiros ser presidida pela Liga dos Bombeiros Portugueses e paga pela Autoridade Nacional de Proteção Civil que pouca ou nenhuma autoridade tem nessa Instituição? E à ANBP que legitimamente representa os bombeiros profissionais não lhe é conferida essa condição porquê?

Os Senhores Deputados não sabem que a Liga dos Bombeiros Portugueses tem ou tinha um “casão” que vende material para os Corpos de Bombeiros nas instalações da Escola Nacional de Bombeiros com a devida deslealdade comercial que daí advém?

Os Senhores Deputados não ouvem o presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses “clamar” pelos seguros dos bombeiros quando é a LBP que “gere (?)” e é da sua responsabilidade (?) a SEGURFENIX – Instituição que celebra contratos de seguros?

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais já exigiu ao Senhor Ministro da Administração Interna que seja revista URGENTEMENTE a legislação referente a Escola Nacional de Bombeiros, pois se essa Instituição não for, como a Lei o deveria instituir, da Tutela exclusiva da Autoridade Nacional de Proteção Civil, achamo-nos no direito de reclamar também a participação da ANBP.

Se isso não for suficiente iremos recorrer a todas as instâncias para que a legalidade e mesmo inconstitucionalidade desta situação seja revista.

A ANBP está virada há muitos anos para o futuro dos bombeiros portugueses e os Senhores Governantes, Deputados e Presidentes de Câmara sabem disso. Não estamos agarrados a discursos “miserabilistas” que desconsideram os bombeiros portugueses pela falácia que os bombeiros custam muito dinheiro, sejam voluntários os profissionais. Algumas Instituições contribuem para que a legislação deste sector continue a “marcar passo” em prejuízo das populações e dos próprios bombeiros. Acerca do dinheiro gasto e dos custos elevados basta lembrar - no que respeita à aquisição de Equipamento de Proteção Individual EPI's - o antigo Comandante Nacional, Gil Martins, que disse na audição do Grupo de Trabalho que em “2006/2007 foram gastos 15 milhões de euros na aquisição de seis mil EPI's. Em 2008/2009 foram investidos mais 5 a 6 milhões de euros através de governos civis”.

Infelizmente o ano de 2013 veio testemunhar, uma vez mais, o que vimos dizendo acerca deste sector (incêndios florestais) desde 2003!

E os Senhores Governantes, os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Câmaras não conhecem o diagnóstico? Não sabem quem são os responsáveis? Não estão atentos ao que se vai dizendo antes, durante e depois dos incêndios florestais?

Recordo-lhes apenas uma situação pública e clamada aos quatro ventos no ano passado (quem não se lembra basta ir ao Google e procurar) e que em nada tem a ver com as pessoas do CNOS Comandante Vaz Pinto, 2012, e do CNOS Comandante José Manuel Moura, nem com a sua atuação operacional. Eles sabem disso e da postura séria, crítica e fundamentada. O objetivo é contribuir para a solução e não para o problema mas numa atitude de respeito para com eles por parte da ANBP.

Posto isto o Senhor Presidente da LBP, em 2012, veio pedir a demissão do Comandante Vaz Pinto porque arderam alguns hectares de mato e árvores no Algarve e pelo resto do País, mas no ano de 2013, em que morreram oito heróis e heroínas, não vimos o Senhor Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses a ter o mesmo procedimento! Porque será?

Respeitamos tais atitudes e opiniões, como não podia deixar de ser. Mas não podemos deixar de dizer que consideramos ERRADAS tais atitudes, por não prestigiar os bombeiros. As Instituições têm que ser o mais imparcial possível! A ANBP e os seus dirigentes vão aprendendo com os erros e procurando corrigi-los. Nós erramos. Outros parecem que NUNCA erram! Mas nós vamos tentando contribuir para o engrandecimento dos bombeiros e o conseqüente progresso para o nosso País!

*A direção Nacional de ANBP/SNBP*

## aceep lisboa



# António Costa releva importância do ACEEP de Lisboa

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais (SNBP) e a Câmara Municipal de Lisboa celebraram, no dia 14 de janeiro, o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública que mantém as 35 horas semanais de trabalho. O documento foi assinado pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, pelos responsáveis pela Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP), Nobre dos Santos e José Abraão e pelo presidente do SNBP, Sérgio Carvalho.

Durante a cerimónia, que decorreu nos Paços do Concelho da Câmara de Lisboa, o presidente António Costa esclareceu que “ao manter as 35 horas semanais não estamos a ser irresponsáveis, nem a aumentar os nossos custos. É mais um exemplo de que com uma boa gestão é possível diminuir os encargos e resolver as questões laborais”. O autarca reivindicou mais autonomia para as autarquias poderem decidir sobre a relação de trabalho com os seus funcionários e esclareceu que “todos nós temos consciência do esforço que o país tem que fazer para reduzir a sua despesa e para poder equilibrar as suas contas. E quando fazemos este acordo fazemo-lo com a margem que construímos e que nos

permite fazer-lo”.

Já o Secretário-Geral da FESAP, Nobre dos Santos, salientou a abertura manifestada pela Câmara Municipal de Lisboa. “É fundamental que tenhamos em atenção o momento difícil em que vivemos e que tenhamos em atenção a importância que tem a concertação social entre parceiros sociais, neste caso entre a Câmara e os Sindicatos”, salientou.

Já Fernando Curto, vice-presidente do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, considerou “um passo importante em termos laborais e de organização”, mostrando abertura para que “outros acordos sejam celebrados, sempre de um perspetiva deontológica e de organização, para que a resposta que os bombeiros possam dar venha de encontro à perspetiva do socorro”.

Recorde-se que o acórdão do Tribunal Constitucional decidiu não declarar a inconstitucionalidade das normas do aumento do horário de trabalho na Função Pública das 35 para as 40 horas semanais. Deixou, no entanto, em aberto a possibilidade das autarquias decidirem manter o horário das 35 horas através da negociação de acordos coletivos de entidade empregadora pública com os sindicatos.



## aceep vila nova de gaia



# ANBP/SNBP assinam Acordo em Gaia e garantem 35 horas e os 4 turnos

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais assinou no dia 7 de fevereiro o Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública (ACEEP) com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Os Bombeiros Sapadores Gaia garantiram, assim, as 35 horas semanais e a aplicação dos quatro turnos no regime 12/24; 12/48.

O SNBP considera que a mudança dos cinco para os quatro turnos vai refletir-se no reforço de efetivos e numa melhoria da operacionalidade.

A assinatura deste ACEEP contou com a presença do presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues e do vereador dos recursos humanos Manuel Monteiro e da sua equipa, que mostraram sempre abertura e flexibilidade durante o período negocial, sempre na salvaguarda dos municípios e trabalhadores de Gaia. O

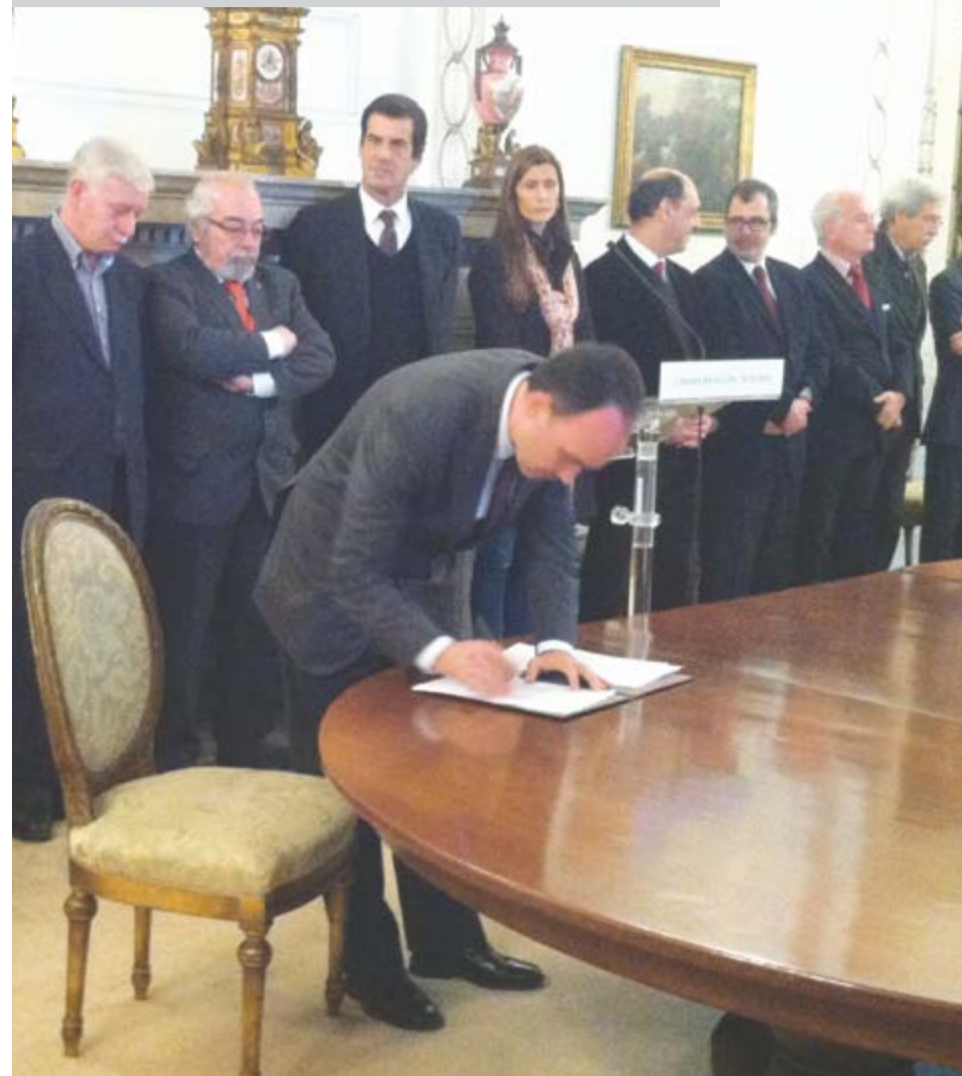
autarca avançou que considera um erro a aplicação das 40 horas semanais indicadas pelo Governo e mostrou-se preocupado com as condições profissionais e socioeconómicas dos trabalhadores da autarquia.

SNBP congratula-se pela forma como decorreram as negociações considerando um marco importante para os bombeiros e para a cidade a assinatura deste documento. Para a Associação e Sindicato a aplicação deste horário de trabalho vem melhorar o socorro à cidade e aumentar a capacidade de resposta dos seus bombeiros, salientando a importância que desde logo a autarquia deu a este assunto.

Lembram ainda que a aplicação deste horário vai de encontro ao que acontece em Lisboa, autarquia que detém o maior corpo de bombeiros profissionais do país.



## aceep porto



# Bombeiros Sapadores do Porto garantem as 35 horas com assinatura do ACEEP

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais assinaram dia 11 de fevereiro o Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública com a Câmara Municipal do Porto e garantiram as 35 horas semanais para os bombeiros do Batalhão Sapadores do Porto.

ANBP/SNBP congratulam-se com a abertura negocial demonstrada pelos responsáveis da autarquia em todo este processo, bem como com a salvaguarda dos bombeiros sapadores do Porto que este documento vem garantir.

O presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, salientou que “este Acordo prevê a possibilidade de passar para as 35 horas, caso o governo

venha a ratificar.

O autarca esclareceu que “por forma do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, o município tem legitimidade para, conjuntamente e em articulação com o membro do Governo responsável pelas áreas das finanças e da administração pública, celebrar o presente acordo após negociar e firmar esse acordo com as estruturas sindicais coletivas”.

Recorde-se que no dia 10 de fevereiro o Ministério das Finanças anunciou ter pedido à Procuradoria-Geral da República (PGR) um parecer sobre a intervenção do Governo nos ACEEP das autarquias, revelando que não os irá homologar até que aquela entidade se pronuncie.



► Depois da assinatura do ACEEP, a ANBP/SNBP reuniram-se em Plenário com os Bombeiros Sapadores do Porto

aceep machico



► Pablo Freitas (SNBP), Dr. Ricardo Franco (Presidente C.M. Machico) e Ricardo Freitas (SINTAP/FESAP)

## Câmara de Machico assina ACEEP com ANBP/SNBP e garante as 35 horas

A Câmara Municipal de Machico assinou no dia 17 de Fevereiro, o Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública (ACEEP) com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e com o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP/SNBP) no âmbito da Federação Sindical da Administração Pública (FESAP/SINTAP).

O documento garante as 35 horas de trabalho semanais para os Bombeiros Municipais de Machico.

Na assinatura estiveram o representante de ANBP/SNBP, Pábulo Freitas (coordenador do secretariado regional da Madeira) Ricardo Freitas (FESAP/SINTAP) e o presidente da Câmara Municipal de Machico, Ricardo Franco.

Este foi o primeiro ACEEP que ANBP/SNBP assinaram na ilha da Madeira, estando a decorrer as negociações para assinar o documento também nos municípios de Santa Cruz e Funchal.

aceep setúbal



## ANBP/SNBP assinam ACEEP com Setúbal

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais assinaram o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) com a Câmara Municipal de Setúbal, no dia 4 de Fevereiro.

A celebração deste ACEEP teve como objetivo a manutenção das 35 horas semanais para os Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Este é o culminar de uma negociação que decorria há alguns meses e que teve agora este desfecho.

anmp



► Isilda Gomes é a representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o sector dos Bombeiros e Proteção Civil



## Associação Nacional de Municípios Portugueses recebeu bombeiros

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se a 27 de janeiro com a representante para a proteção civil da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Isilda Gomes. Durante a reunião foram abordados vários temas para o setor dos bombeiros. Entre os quais, destaque para a proposta do estatuto dos bombeiros profissionais que

ANBP/SNBP tem estado a negociar com o Governo, o plano de fardamentos, o cartão de identificação de bombeiros das autarquias, a proposta de enquadramento dos atuais assistentes operacionais que prestam serviço nos bombeiros municipais, a portaria para taxar gratificados e prevenções, o modelo de SIADAP específico, o horário de trabalho e o financiamento para o setor dos bombeiros e proteção civil.

amal



## ANBP/SNBP reúnem com Comunidade Intermunicipal do Algarve

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se dia 24 de fevereiro, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), com os presidentes das Câmaras Municipais detentoras de corpos de bombeiros profissionais -Tavira, Faro e Loulé- e dos seus comandantes. Da reunião não participou o presidente de Olhão, mas compare-

ceu o comandante dos bombeiros municipais. Neste encontro, no qual participaram o presidente ANBP, Fernando Curto, o presidente SNBP Sérgio Carvalho e os representantes ANBP/SNBP Márcio Coelho, Emanuel Andrade e Jorge Machado, foi feita a apresentação e discussão do anteprojeto de carreira dos bombeiros profissionais. No documento destacam-se o Regime

Especial para os Bombeiros, a carreira única, o horário de trabalho, o fardamento único, a tabela de prevenções e gratificados e o financiamento para os bombeiros na dependência das autarquias.

Foram ainda abordados os Acordos Coletivos para Entidade Empregadora Pública que garantem a aplicação das 35 horas semanais aos trabalhadores dos municípios, onde se incluem os

Bombeiros Municipais de Tavira, Loulé e Olhão e Bombeiros Sapadores de Faro.

Os autarcas mostraram abertura para as propostas apresentadas por ANBP/SNBP, entre elas a regulamentação do setor. Ficaram ainda sensibilizados com a questão da carreira especial de bombeiros, salientando não entender a equiparação dos bombeiros a assistentes operacionais.

alcobaça



► SNBP renova AE com Bombeiros Voluntários de Alcobaça

## A.H. Bombeiros de Alcobaça renova AE

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcobaça assinou a renovação do Acordo de Empresa com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e com o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais. A renovação do AE ocorreu no dia 17 de Janeiro. A renovação deste AE prevê uma

salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e melhoria das relações laborais, permitindo melhores condições do que o atual código de trabalho.

Nesta renegociação foi enquadrado um regulamento de avaliação para os bombeiros, um regulamento de condução e utilização de viaturas.

Pub

Está na nossa natureza proteger

www.europacgroup.com

**Proteger os seus bens** porque o papel que produzimos serve para fazer embalagens que acondicionam os bens de consumo que utiliza todos os dias.

Somos especialistas na produção de papel Kraftliner para embalagens de cartão canelado.

**Proteger a floresta** porque dinamizamos a plantação e o crescimento de espécies florestais e fomentamos o seu desenvolvimento.

A marca "Portoliner", reconhecida internacionalmente, é sinónimo de um papel de elevada qualidade.

**Proteger o ambiente** porque utilizamos as melhores tecnologias disponíveis e porque reciclamos papel velho.

Da origem ao destino, estamos a proteger.



## guimarães



► O presidente da direção da A.H.B.V. Guimarães, Luís Oliveira assina o documento na presença dos dirigentes nacionais e delegados de ANBP/SNBP



## Renovação AE em Guimarães

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães assinou no dia 30 de Janeiro a renovação do Acordo de Empresa com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e com o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais.

Durante o seu período de vigência de três anos, a direção já procedeu a progressões quer horizontais quer verticais, bem como ao desbloqueamento de carreiras dos seus bombeiros. O documento confirmou-se, assim, como uma mais-valia na gestão e funciona-

mento do corpo de bombeiros.

O Acordo de Empresa, agora renovado, foi o primeiro a ser celebrado por ANBP/SNBP com Associações Humanitárias de Bombeiros.

Realizou-se ainda um plenário, onde estiveram presentes os bombeiros da Associação Humanitária e os dirigentes do Secretariado Regional do Norte.

Foram também apresentados os novos dirigentes eleitos do Secretariado Regional do Norte e eleito o novo delegado sindical.

## Bombeiros Voluntários de Guimarães vão ter viatura para incêndios urbanos

Os Bombeiros Voluntários de Guimarães vão ter uma viatura ligeira de combate a incêndios urbanos, especializada na intervenção no Centro Histórico.

A corporação vai receber 34 mil euros este ano e igual montante no ano de 2015.

De acordo com a proposta, este veículo vai permitir a entrada e circulação em zonas intramuros do Centro Histórico, bem como na zona tampão e zona envolvente, na qual existe enorme dificuldade e até impossibilidade de aceder com viaturas pesadas de combate a incêndios.

## amadora



► A presidente da direção da A.H.B.V. Amadora, Alcide Marques



► Os delegados sindicais João Castanheira e Manuel Rã

## AHBV de Amadora renovou Acordo de Empresa

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Amadora assinou a renovação do Acordo de Empresa com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e com o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais. A renovação do AE ocorreu no dia 10 de Janeiro, dia em que a Associação assinalou o seu 109º aniversário. Abrange mais de 50 trabalhadores da Associação Humanitária, entre bombeiros e administrativos.

Foram salvaguardados os pontos acordados já no documento assinado a 5 de janeiro de 2012, mas estão previstas melhores condições salariais do que

as previstas no atual código de trabalho. Nesta renegociação foi já acordada a avaliação individual de cada bombeiro, relativa a anos anteriores.

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais destacou a abertura e a facilidade de diálogo com a direção da Amadora e o trabalho despenhado pelos delegados sindicais João Castanheira e Manuel Rã. Já a presidente da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, Alcide Marques salientou a importância do documento na regulação das relações laborais.

## reuniões



## Secretário de Estado da Administração Interna recebeu ANBP/SNBP

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais reuniram-se no dia 22 de janeiro com o novo secretário de Estado da Administração Interna, João Almeida.

Esta reunião serviu para a apresentação de cumprimentos e discussão dos principais problemas que afetam os bombeiros profissionais.

O secretário de Estado mostrou disponibilidade para continuar o trabalho já efetuado no que respeita ao anteprojeto para a legislação para o novo sector elaborado pela Secretaria de Estado da Administração Pública e ANBP/SNBP.

O Secretário de Estado mostrou abertura para, junto das Secretarias de Estado da Administração Local e

Administração Pública, finalizar este documento, que ANBP/SNBP consideram ser de extrema importância para as câmaras municipais e para os bombeiros profissionais (sapadores e municipais)

Esta reunião decorreu no âmbito do Grupo de Trabalho constituído com a Secretaria de Estado de Estado da Administração Interna, Secretaria

de Estado da Administração Pública e Secretaria de Estado da Administração Local para a elaboração de uma proposta legislativa para os bombeiros profissionais. De acordo com ANBP/SNBP, esta negociação decorre do trabalho que já vinha sendo desenvolvido com o ex-secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d'Ávila.



► Os dirigentes de ANBP/SNBP Sérgio Carvalho, João Afonso, Carlos Ferreira, Manuel Silva, Paulo Silva e Lino Carragoso reuniram-se com o presidente António Almeida Henriques e com o vereador Joaquim Seixas.

## Bombeiros Municipais levam preocupações a autarca de Viseu

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se no dia 14 de janeiro com o presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Almeida Henriques e com o vereador com o pelouro da proteção civil, Joaquim Seixas.

Foi a primeira reunião com o presidente e vereador, desde que tomaram posse.

Os dirigentes de ANBP/SNBP abordaram junto do presidente de câmara as principais preocupações dos Bombeiros Municipais de Viseu. Entre elas, o horário de trabalho, as promoções, a necessidade de uma nova recruta (tendo em conta a falta de efetivos) e a central de comunicações.

Foi ainda considerada a formação profissional, a organização interna do corpo de bombeiros e a legislação em discussão com o Governo para os bombeiros profissionais da Administração Local.

A delegação de ANBP/SNBP abordou ainda a importância da celebração de um Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP).

O presidente da autarquia Almeida Henriques manifestou estar atento à atual situação dos Bombeiros Municipais e garantiu que vai avaliar as propostas apresentadas.

Na reunião estiveram presentes os dirigentes de ANBP/SNBP Sérgio Carvalho, João Afonso, Carlos Ferreira, Manuel Silva, Paulo Silva e Lino Carragoso.



## Presidente de Faro recebeu ANBP/SNBP

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se a 28 de Janeiro com o presidente da Câmara Municipal de Faro, Rogério Bacalhau. Na reunião esteve também presente o Comandante dos Bombeiros Sapadores de Faro, Aníbal Cerveira.

ANBP/SNBP e a autarquia de Faro iniciaram as negociações para o Acordo Coletivo para Entidade Empregadora Pública para as 35 horas semanais de trabalho.



## reuniões



► Os dirigentes nacionais, João Afonso e Sérgio Carvalho, o autarca Ricardo Rio e o vereador Firmino Marques

## ANBP/SNBP pedem quatro turnos para Sapadores de Braga

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se a 7 de Janeiro com o Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio e com o vereador da proteção civil, Firmino Marques. Participaram nesta reunião dirigentes nacionais de ANBP/SNBP, delegados sindicais e elementos do Secretariado Regional do Norte.

Em cima da mesa estiveram as principais preocupações dos Bombeiros Sapadores de Braga, entre as quais o horário de trabalho, que ANBP/SNBP propõem passar de cinco para quatro turnos. Esta alteração implica um aumento do número de efetivos, o que, de acordo com presidente do SNBP, Sérgio Carvalho, “vai melhorar consideravelmente a capacidade e a qualidade de socorro e resposta à população”.

Sérgio Carvalho acrescentou que “há mais de 15 anos que estamos a tentar implementar um novo horário de trabalho e não tínhamos conseguido. Finalmente surgiu um presidente de câmara com sensibilidade para esta questão”.

Já o presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, garantiu que to-



► Na reunião participaram também elementos do secretariado regional do Norte e delegados sindicais

das as questões de natureza profissional, operacional e relativas a meios em falta serão solucionadas a curto prazo. “Podemos suprir algumas das lacunas que hoje existem, qualificar a Companhia de Bombeiros e dotá-la de condições para desenvolver um trabalho cada vez melhor em benefício da comunidade”, assegurou

o autarca.

ANBP/SNBP abordaram ainda a necessidade de desbloquear as promoções, bem como a necessidade de renovação do fardamento dos Bombeiros Sapadores de Braga, à semelhança do que aconteceu já noutras companhias. Sérgio Carvalho solicitou ainda a intervenção da Câmara

Municipal de Braga junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses e de representantes do Governo, para que sejam criadas condições de forma a que os bombeiros usufruam de apoios continuados por parte destas instituições, à semelhança do que ocorre com outras entidades e forças de segurança.

## notícias

## Falta de pagamento de feriados a bombeiros sapadores de Braga

Os Bombeiros Sapadores de Braga estão há dez anos sem receber feriados, na sequência de uma decisão do executivo anterior. Esta situação tem vindo a ser, desde então, denunciada por ANBP/SNBP, mas, de acordo com as duas estruturas, nunca houve qualquer resposta positiva para pagamento por parte da anterior vereação da autarquia.

ANBP/SNBP levaram o assunto à reunião ocorrida a 7 de janeiro com o novo presidente da autarquia, Ricardo Rio, e com o novo vereador, Firmino Marques. Os autarcas alegaram não

ter conhecimento desta situação e deixaram o compromisso de a avaliar.

O presidente da Câmara Municipal de Braga pediu esclarecimentos ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Braga, que está a acompanhar esta falta de pagamento que se estende há dez anos.

ANBP/SNBP mostraram disponibilidade para resolver a situação em conjunto com a autarquia “tendo em conta que há vários processos, há vários anos, em tribunal a solicitar esse pagamento”, esclarecem.



## Secretariado Regional do Norte de ANBP/SNBP reúne com Bombeiros Sapadores de Braga

O Secretariado Regional do Norte da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniu-se, a 30 de janeiro, com os bombeiros da Companhia Bombeiros Sapadores de

Braga para proceder à apresentação do recém-eleitos dirigentes do Secretariado e eleger os delegados da CBS Braga.

Foi ainda abordado o Acordo para Entidade Empregadora Pública a negociar com a Câmara Municipal de Braga.

## reuniões

## Câmara de Coruche quer negociar regime das 35 horas semanais

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se dia 22 de janeiro com o Presidente da Câmara Municipal de Coruche, Francisco Oliveira. A autarquia pretende aplicar as 35 horas semanais aos seus funcionários e mostrou abertura para a negociação do Acordo Coletivo com Entidade Empregadora Pública (ACEEP). A proposta já foi enviada para a autar-

quia por ANBP/SNBP.

Entre os assuntos tratados esteve também a legislação para o setor, o novo estatuto para os bombeiros profissionais, o reforço de efetivos e as promoções.

O presidente da autarquia mostrou-se sensibilizado para estas situações, mostrando abertura para sua resolução, apesar dos constrangimentos orçamentais e legais.



## Municipais de Viana do Castelo mantêm 35 horas e 4 turnos

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais chegaram a acordo com a Câmara Municipal de Viana do Castelo para a aplicação das 35 horas semanais, em horário de quatro turnos- 12/24- 12/48, no dia 31 de janeiro.

O documento- Acordo Entidade Empregadora Pública- deverá ser apresentado e aprovado na próxima semana, em reunião de Câmara.

ANBP/SNBP congratulam-se com mais um objetivo atingido em defesa dos Bombeiros Municipais de Viana do Castelo.

## notícias



► Em 2013 arderam 140 mil hectares

## Floresta ardida vai ser cartografada

O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) contratou uma empresa para fazer a cartografia das áreas ardidas. O organismo público contratou a empresa GMV, uma multinacional na área tecnológica, para esta produzir os mapas das áreas ardidas entre 2010 e 2013.

A informação vai permitir ao instituto desenvolver ferramentas para o planeamento e a prevenção dos fogos florestais, como a carta de risco de incêndio.

O projeto vai recorrer às imagens

dos satélites Landsat 5, Landsat 7 e Landsat 8. “Através das imagens de satélite serão delimitadas as cicatrizes de fogo em cada um dos anos de referência”; lê-se num comunicado emitido pela empresa.

A informação recolhida vai permitir um conhecimento mais profundo do impacto dos incêndios dos últimos anos, sendo um instrumento essencial para a elaboração de mapas de risco, preparação de estratégias de combate a incêndios ou suporte ao planeamento ambiental.

## olhão



Foto de Arquivo

## Municipais de Olhão cumprem 4 turnos

Os Bombeiros Municipais de Olhão estão a praticar, desde o dia 27 de janeiro, os quatro turnos, cumprindo o horário 12/24- 12/48. Esta alteração implica um reforço de efetivos, importante para o funcionamento da corporação.

Esta mudança de horário nos Municipais de Olhão corresponde à proposta

apresentada pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e pelo Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais à autarquia e surge na sequência da reunião ocorrida a 18 de Dezembro entre os dirigentes nacionais e regionais de ANBP/SNBP e o presidente da Câmara Municipal de Olhão.

## Centro de Gestão de Emergência apresentado em Setúbal

Foi apresentado no dia 29 de janeiro o anteprojecto do Centro Internacional de Gestão de Emergência (CIGE), infraestrutura inovadora em Portugal, a instalar em Setúbal para formação na área da proteção civil.

O CIGE, ainda em fase de desenvolvimento, vai ficar instalado na zona industrial de Mitrena, em Setúbal, e deverá ocupar uma área com 2,5 hectares. Está vocacionado para dar formação teórica e prática na área da formação civil a profissionais do setor, como bombeiros, mas também a empresas, com especial atenção às de natureza industrial e instituições públicas e a tripulantes de navios.

De acordo com um responsável pelo anteprojecto, as instalações terão capacidade para que sejam ministradas formações a cerca de 100 pessoas em simultâneo. Ao nível da formação prática, o centro contempla simuladores vocacionados para o treino de segurança contra incêndios em edifícios, onde é possível recriar escritórios, hospitais, creches, lares de idosos

e escolas, entre outros equipamentos.

Neste anteprojecto, os responsáveis destacam o módulo de treino de busca, salvamento e resgate, que foi criado e desenhado de raiz pela equipa do projeto, em colaboração com os Bombeiros Sapadores de Setúbal e inclui, entre outras características técnicas, um labirinto subterrâneo para apresentar diferentes cenários de dificuldade para os formandos.

A presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira, considerou o Centro Internacional como “uma mais-valia para o país”. A autarca observou que o centro será também uma vantagem para a autarquia, “detentora de um corpo de bombeiros profissional com elevadas necessidades de formação permanente”.

Maria das Dores Meira acrescentou ainda que o CIGE permitirá também reduzir as ações de formação no quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, que “dada a sua natureza, não devem ser realizadas em espaço urbano”.

Pub

### ACCESSNET®-T IP Comunicações profissionais TETRA

ACCESSNET®-T IP é uma solução eficaz e simples para todas as aplicações profissionais de rádio móvel.

- Utiliza infra-estruturas IP existentes
- Arquitectura da rede desenhada para ser flexível
- Sistema preparado para actualizações em função dos requisitos necessários
- Seguro, confiável e resistente a falhas

Representante: Rohde & Schwarz Portugal  
www.rohde-schwarz.pt



Hytera  
Hytera Mobilfunk GmbH (ex-Rohde & Schwarz PMR - Public Mobile Radio)

## notícias

## Bombeiros defendem alterações no modelo de formação

**Sérgio Carvalho destaca que todos os bombeiros têm centenas de horas de formação, só que esta pode não ser a adequada.**

O vice-presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais defende que o modelo de formação dos bombeiros deve ser alterado para evitar mais mortes de profissionais no combate aos incêndios.

Sérgio Carvalho, presidente do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, começou por lamentar apenas ter tido conhecimento pela comunicação social de «algumas conclusões avulsas» do relatório pedido pelo ministério da Administração Interna.

«As conclusões que vêm a lume vêm descontextualizadas. Não conhecemos o todo do relatório, não sabemos o porquê das afirmações que lá vêm e algumas deixam-nos um bocado estupefactos», nomeadamente as da falta de formação dos bombeiros, adiantou.

Têm-se «visto continuamente na comunicação social» o presidente da Escola Nacional de Bombeiros e o da Liga dos Bombeiros Portugueses a afirmarem que «os bombeiros têm centenas de horas de formação, sejam voluntários ou profissionais».

«Mas, se os relatórios estão a dizer que nós estamos a morrer nas frentes de combate nos incêndios por falta de formação, tem de se alterar o paradigma da formação», defendeu.

Se o problema não é os bombeiros terem formação a mais, o problema é saber se a formação que estão a ter é adequada para a atividade que estão a prestar, observou.

«Isto tem de ser revisto rapidamente e, possivelmente, até alterar estratégias de combate» aos incêndios e os modelos

de formação para não voltarem a acontecer mortes nos fogos.

O relatório do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais alerta também para falhas na qualidade do equipamento de proteção individual dos combatentes.

Sobre este alerta, Sérgio Carvalho afirmou que «os bombeiros estão muito mal equipados».

«Os chefes de topo que estão a liderar todas as operações não vêem que os homens estão mal equipados? Quem é que os mandou para a frente de fogo? Foi o bombeiro que comprou aquelas botas e aquela farda para ir para a frente de fogo? Também é culpado disso?», questionou.

«Então onde é que andam os culpados neste país? Isto tem que ser alterado», sublinhou Sérgio Carvalho, adiantando que «há anos» que ANBP/SNBP alertam para esta situação.

Para o responsável, é preciso «avaliar muito» bem se os bombeiros estão bem preparados para aguentar duas horas na frente de fogo e se têm «instrução diária».

«Todos os anos morrem jovens nos incêndios, há falhas no teatro das operações, que estão identificadas, mas depois não há coragem política para alterar tudo isto», insistiu.

«Tem de haver coragem política para alterar a legislação no setor dos bombeiros e apostar em força em equipas profissionais de primeira intervenção altamente qualificadas, coadjuvadas com estruturas de bombeiros voluntários e não o contrário, porque senão a hierarquia e a organização no teatro de operações é muito complicada», concluiu.

## Semana da proteção civil na Universidade Europeia

A Universidade Europeia vai organizar, entre os dias 10 e 15 de março, a ECSELLENCE Week. Durante cinco dias, vão decorrer seminários, workshops, demonstrações e palestras no âmbito da problemática da proteção civil.

A sessão de abertura oficial está marcada para as 18h00 do dia 12 de

março, com a presença do presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Tenente-general Manuel Silva Couto e com a visita a uma exposição com meios de proteção civil.

Destaque ainda para o seminário “Segurança e proteção civil na sociedade de risco” que vai decorrer no dia 15 de março.

## Plataforma pela Floresta pede revogação da “lei do eucalipto”

Associações e personalidades lançaram um apelo ao Governo e ao Parlamento para que não aplique o decreto-lei 96/2013, que eterniza “o descontrolo e desordenamento” da floresta portuguesa. Esta iniciativa pretende travar a “lei do eucalipto livre” aprovada pelo Governo em 2013.

O documento constituinte da Plataforma pela Floresta, que reúne 20 associações ambientalistas e profissionais de arquitetos paisagistas, bombeiros, agricultores ou industriais da floresta, e 15 subscritores em nome individual, foi apresentado a 21 de janeiro.

“As florestas portuguesas sofrem ano após ano um nível de incêndios superior a qualquer outro país do Sul da Europa, com intoleráveis perdas humanas e gravíssimos custos sociais, ambientais e económico”, afirma o texto da Plataforma, chamando a atenção para o decreto aprovado no ano passado pelo Conselho de Ministros, que “incentiva a perpetuação da situação de descontrolo e desordenamento que existe na floresta portuguesa”.

Para os subscritores, a lei que ficou conhecida por “lei do eucalipto livre” “põe em causa a viabilidade de longo prazo de parte significativa do território nacional, optando por incentivar

a plantação de espécies de crescimento rápido e, simultaneamente, aumentar a dificuldade da aposta na floresta com espécies autóctones no país, o que incentivará por lei a reconstrução radical da composição da floresta”. Uma situação agravada pelo facto do Eucalyptus globulus, já ocupar hoje 26% do território florestal e 8,9% do território nacional, “sem que tal tivesse sido planificado e, conseqüentemente, sem que tivessem sido avaliados os impactos dessa alteração na floresta”.

Entre os subscritores da Plataforma pela Floresta encontram-se figuras do meio académico como Viriato Soromenho Marques, Helena Freitas, Filipe Duarte Santos, Luísa Schmidt ou Boaventura de Sousa Santos, o ex-presidente do Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, Tito Rosa, ou o ex-deputado bloquista Francisco Louçã.

Nas associações promotoras contam-se, entre outras, a Liga para a Proteção da Natureza, Oikos, Geota, Quercus, CNA, SPEA, Federação Nacional dos Baldios, Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas, Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, ou a Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza.

Pub

**FIREPROOF**  
COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIOS

ESTRADA REAL, PINHAL REDONDO, ARMAZÉM 7  
2870-185 MONTIJO - PORTUGAL

GERAL@FIREPROOF.PT

+351 91 792 10 53

## notícias

## INEM recebeu 1,2 milhões de chamadas em 2013

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) atendeu no ano passado 1,2 milhões de chamadas, mais 50 mil do que no ano anterior, para prestação de socorro a vítimas de acidente ou morte súbita.

De acordo com uma nota do INEM, os Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) atenderam em 2013 um total de 1.201.105 chamadas de emergência.

O atendimento destas chamadas deu origem à ativação de 1.071.736 meios de emergência, entre os diversos tipos de ambulância (emergência médica, suporte imediato de vida ou transporte inter-hospitalar pediátrico), motos de emergência, viaturas médicas de emergência e helicópteros.

O número de chamadas atendidas pelo INEM tem vindo a diminuir desde 2007 até 2012. No ano passado registou-se um ligeiro aumento do número de chamadas, superior a 2012, mas ainda inferior ao de 2011 (1.363.129).

As chamadas efetuadas para o número europeu de emergência - 112 - são atendidas primeiro pela Polícia de Segurança Pública, que encaminha para o CODU do INEM todas as situações referentes a casos de urgência ou emergência médica.

Os CODU são as centrais de emergência médica associadas ao número 112, competindo-lhes avaliar os pedidos de socorro recebidos, para determinar os recursos necessários e adequados a cada ocorrência.

## Mais de 40 ambulâncias de emergência pararam em 2013

Cerca de uma dúzia de hospitais teve problemas de paragem da VMER por falta de recursos humanos, revela o Diário de Notícias do dia 14 de janeiro. Apesar de em alguns casos terem sido situações pontuais, noutros aconteceu durante dias ou em 40% do horário de funcionamento.

Em causa estará a falta de médicos, obrigatórios para tripular estes veículos, uma situação que levou a falhas nas escalas em dez das 42 existentes. Pelo menos um quarto das 42 VMER estiveram paradas em 2013, algumas durante horas, outras durante dias seguidos.

Todos os serviços de urgência polivalente e serviços de urgência médico-cirúrgicos devem ter uma VMER. O seu principal objetivo é a estabilização pré-hospitalar e no acompanhamento médico durante o transporte de vítimas de acidente ou de doença súbita em situações de emergência e dispõe de equipamento de suporte avançado de vida.

Évora, Portalegre, Guarda, Torres Vedras, Albufeira, Portimão, Covilhã, Chaves ou Vila Real, Gaia, Amadora-Sintra e Garcia de Orta são algumas das unidades que tiveram problemas nas escalas.

Em relação a Évora, os constantes turnos em que a viatura está inoperacional levaram o Movimento de Utentes da Saúde Pública a dizer que estão “em risco vidas humanas”. A situação mais grave ocorreu no dia de Natal, quando um violento acidente de viação, presumivelmente causado por um cavalo, provocou quatro mortos e quatro feridos. Nesse dia, a VMER estacionada no

Hospital de Évora não se encontrava operacional.

Alguns dias depois, na passagem de ano, um outro acidente em Portalegre provocou um morto e um ferido grave. Mas também aí a VMER estava inoperacional.

No caso da VMER de Faro não registou problemas nem nos feriados nem no ano de 2013. Lino Pereira, o diretor da Urgência do Centro Hospitalar do Algarve, diz que estiveram “quase 100% operacionais o ano inteiro”. Os problemas estão nas VMER de Albufeira, “com cerca de 40% de inoperacionalidade, e de Portimão, que tem um pouco mais”. O problema será resolvido com duas levas de formação. “A meio do mês vão entrar 18 médicos. Tínhamos problemas de manhã, porque os médicos estavam a trabalhar no hospital.”

Gaia, que pode vir a cortar metade do valor pago, afirma ter uma “elevada taxa de operacionalidade ao nível nacional”, acima de 90%, tal como a Covilhã ou a Guarda, Vila Real ou Chaves, com paragens pontuais. Em 2013, Covilhã e Guarda viveram situações de 10% a 15% de paragens.

A viatura médica de emergência e reanimação (VMER) é um veículo de intervenção pré-hospitalar destinado ao transporte rápido de uma equipa médica ao local onde se encontra o doente. A VMER é tripulada por um médico e um enfermeiro, ambos com formação específica ministrada pelo INEM, em emergência médica, nomeadamente em suporte avançado de vida e suporte avançado de vida em trauma.



## Viatura INEM atropela homem em Penafiel

Uma viatura do Instituto de Emergência Médica atropelou mortalmente uma pessoa quando seguia em marcha de emergência, em Penafiel. A vítima, um homem de 54 anos, morreu no local, apesar da assistência prestada de imediato pela equipa (médico e enfermeiro) envolvida no atropelamento e de outros meios acionados para o local, as manobras de reanimação não surtiram efeito, tendo a vítima falecido no local. “O incidente ocorreu numa altura em que se verificavam condições meteorológicas extremamente adversas, não tendo sido possível evitar o embate com a vítima que se encontrava na faixa de rodagem. As autoridades tomaram conta da ocorrência e, tal como o INEM, irão proceder agora a um rigoroso inquérito para apurar com detalhe as causas do incidente”.

O acidente ocorreu a 3 de fevereiro. A viatura de Emergência e Reanimação (VMER) do Vale do Sousa estaria a fazer uma ultrapassagem e circulava, alegadamente, em contramão e em velocidade de emergência assinalada, quando apañou a vítima na berma.

Para o acidente terá contribuído a pouca visibilidade provocada pelas condições atmosféricas adversas que se faziam sentir.

Em comunicado enviado aos órgãos de comunicação social, o INEM esclarece que “apesar da assistência prestada de imediato pela equipa (médico e enfermeiro) envolvida no atropelamento e de outros meios acionados para o local, as manobras de reanimação não surtiram efeito, tendo a vítima falecido no local”. “O incidente ocorreu numa altura em que se verificavam condições meteorológicas extremamente adversas, não tendo sido possível evitar o embate com a vítima que se encontrava na faixa de rodagem. As autoridades tomaram conta da ocorrência e, tal como o INEM, irão proceder agora a um rigoroso inquérito para apurar com detalhe as causas do incidente”.

## Breves

### ANACOM vai coordenar comunicações de emergência

A Autoridade Nacional de Comunicações vai coordenar as comunicações em situações de emergência de proteção civil, quer na fase de emergência, quer na fase de reabilitação. O regulador terá que identificar e caracterizar os recursos de comunicações eletrónicas com utilidade para a proteção civil, em parceria com outras entidades competentes. A ANACOM vai dar apoio técnico aos organismos e serviços responsáveis pela rede integrada de comunicações de emergência.

### Governo vai renegociar contrato SIRESP

O Governo vai renegociar o contrato com a operadora da Rede Nacional de Emergência e Segurança (SIRESP) na sequência da parceria público-privada promovida pelo Ministério da Administração Interna. Uma parceria que deverá custar, alegadamente, 600 milhões de euros.

## aniversário



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS

## ANBP celebrou 23 anos

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais celebrou 23 anos no dia 14 de fevereiro. Este ano, por altura de mais um aniversário, a ANBP lançou a primeira edição do “Anuário dos Bombeiros e da Proteção Civil”. “Uma importante e pioneira ferramenta de trabalho”, dizem os responsáveis de ANBP/SNBP, e de consulta rápida sobre os contactos, moradas e características dos corpos de bombeiros profissionais, das associações humanitárias de bombeiros voluntários e dos serviços municipais de proteção civil.

Esta primeira edição conta com intervenções e pequenos testemunhos de representantes de entidades e instituições relacionadas com o setor da proteção civil.

Ao longo de mais de duas décadas de existência, a ANBP passou a fazer parte de organismos nacionais ligados à proteção civil e a ser uma voz ativa na defesa dos bombeiros profissionais e desta classe profissional. A sua importância e mérito foram já reconhecidos pela atribuição da Ordem Militar da Torre e da Espada do Valor, Lealdade e Mérito pela Liga dos Combatentes, em 2008. No mesmo ano, o Ministério da Administração Interna agradeceu a instituição co Medalha de Mérito de Proteção e Socorro no grau ouro e distintivo branco.

Grande parte deste reconhecimento tem ficado a dever-se às atividades desenvolvidas por ANBP, entre as quais se

destacam as Jornadas de Prevenção e Segurança na Floresta do Betão, centradas na troca de experiências de peritos nacionais e internacionais sobre o tema dos bombeiros e da proteção civil.

A ANBP tem também ganho reconhecimento no âmbito da formação ao atribuir competências a bombeiros de todo o país, além do trabalho de sensibilização desenvolvido com as crianças, através do projeto Zé Baril. O Mestre da Proteção Civil tem mostrado às crianças a importância de pensar em segurança desde pequenos.

São 23 anos de história, com muitas “histórias” para contar.



## Portugal ensina noruegueses na prevenção de fogos

Os governos português e norueguês trocaram em Oslo experiências sobre o combate aos incêndios florestais, com destaque para a discussão sobre políticas de investimento e reflorestação. O encontro ocorreu a 15 de janeiro. As delegações foram lideradas pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Francisco Gomes da Silva, e pela sua secretária de Estado da Agricultura norueguesa, Hanne Maren Blafjelldal.

Para a reunião Portugal levou como ponto forte a sua experiência na pre-

venção dos incêndios florestais. Já o contributo da equipa da governante nórdica focou-se essencialmente nas matérias relativas ao investimento na floresta e a ações de reflorestação.

Ao nível da União Europeia, o programa “Forest Europe” tem sido a principal iniciativa política florestal em curso. Decorrem no seu âmbito vários debates para a conclusão de um acordo juridicamente vinculativo sobre a gestão e a utilização sustentáveis das florestas.

Pub

**JACINTO**

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda

Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47  
3885 - 999 Esmoriz, Portugal.  
Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-184  
3885 - 530 Esmoriz  
Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481  
info@jacinto-lda.com  
www.jacinto-lda.com

PME líder

SGS

cefa



# ANBP/SNBP reúnem-se com CEFA

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se com a Fundação CEFA-Fundação para os Estudos e Formação Autárquica.

Na reunião participaram o presidente do Conselho Geral, Fernando Baptista, e o coordenador Carlos Lima.

Do lado da ANBP, os elementos da direção nacional Domingos Morais, João Afonso e Carlos Ferreira.

Entre os assuntos abordados estiveram o ingresso e promoção dos bombeiros profissionais e os conteúdos formativos no âmbito do ingresso e promoções dos bombeiros profissionais.

colóquio



## Viseu recebeu debate sobre proteção civil

O Auditório Mírta Casimiro, em Viseu, recebeu a 14 de dezembro o colóquio/debate "A Proteção Civil, Fogos Florestais e a Comunidade". A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais participou neste debate com a intervenção do diretor nacional, João Afonso, sobre a temática "Os bombeiros e a autarquia", que abordou os constrangimentos e as dificuldades dos bombeiros sapadores e municipais.

Nesta intervenção João Afonso concluiu que é urgente o financiamento às autarquias por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil, o Estatuto para a modificação das carreiras de municipal e sapador, contemplando horário de trabalho único 12/24 e 12/48, o SIADAP, bem como o ingresso de recutas a nível nacional para municipais e sapadores.

Neste evento, presidido pelo deputado do CDS/PP Hélder Amaral, também interveio Lúcio Campos, tenente-coronel do Exército e atual CODIS, que apresentou a sua visão sobre as questões da Proteção Civil numa perspetiva distrital. O responsável municipal pela Proteção Civil de Satão, Nuno Bento, falou sobre a situação do Serviço de Proteção Civil no concelho. Já os bombeiros municipais estiveram na base da intervenção do comandante dos Bombeiros Municipais de Viseu, Jorge Antunes.

Este evento, aberto à população e geral, teve como objetivo sensibilizar os participantes para temas que estão na ordem do dia e recolher contributos que permitam apoiar em soluções fiáveis e alternativas a gestão municipal.

### Nova imagem institucional dos Bombeiros Municipais de Viseu



museu do bombeiro rsb



► Jornalistas que participaram no seminário



► Entidades que estiveram na cerimónia de abertura

## Seminário Jornalistas e Bombeiros em cenário de catástrofes

A relação de comunicação entre os bombeiros e agentes de proteção civil e os jornalistas no teatro das operações dominou o seminário Jornalistas e Bombeiros em cenário de catástrofes, que decorreu dia 26 de fevereiro. No auditório do Museu do Bombeiro de Lisboa (RSB Colombo) compareceram cerca de 80 pessoas, entre bombeiros, agentes de proteção civil, autarcas e alunos de jornalismo, que ao longo de três horas ouviram vários profissionais de comunicação falarem sobre as suas experiências no terreno.

No debate foram abordadas as dificuldades dos jornalistas por um lado, de acederem às informações aquando das ocorrências; por outro, das dificuldades sentidas pelos agentes de proteção civil quando são contactados pelos jornalistas para prestar declarações durante o socorro às ocor-

rências. Neste debate, moderado pela jornalista Filomena Barros, participaram os jornalistas Henrique Mateus (TVI), Ricardo Conceição (Rádio Renascença), Sílvia Reis (Agência Lusa), Salomé Pinto (Porto Canal) e Hugo Franco (Semanário Expresso).

Estiveram presentes, na sessão de abertura, o Diretor Nacional de Bombeiros, Pedro Lopes, a Vogal da Direção da Escola Nacional de Bombeiros Susana Silva, o Comandante Operacional Nacional, Autoridade Nacional da Proteção Civil, José Manuel Moura o 2º Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa Major de Engenharia Tiago Lopes e um representante da ANAFRE, António Danado.

(ver reportagem completa na revista Alto Risco de Março)

zé baril



## Zé Baril esteve na Ameixoeira

A Mascote da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais está de regresso às atividades nas escolas básicas. O Zé Baril, Mestre da Proteção Civil esteve, no dia 27 de janeiro, na Escola do Ensino Básico nº109 da Ameixoeira. Alunos, professores e encarregados de educação participaram nas atividades propostas por esta iniciativa.

Esta iniciativa desenvolvida pelo dirigente nacional com o pelouro desta ati-

vidade, Nelson António, teve como objetivo atribuir noções básicas de socorros básicos de vida, a avaliação do local onde a vítima se encontra, a avaliação do estado geral da vítima, noções de como passar a informação útil numa chamada de emergência e aprendizagem e prática de reanimação cardiopulmonar.

A sessão foi acompanhada por um powerpoint e por um boneco de aprendizagem para reanimação respiratória.

Pub

**Transportes Marítimos Graciosenses**  
Praia da Graciosa

TRANSPORTE REGULAR DE PASSAGEIROS, DE CARGA CONVENCIONAL E PALETIZADA NO GRUPO CENTRAL

NAVIOS: • ESPÍRITO SANTO  
• PAULO DA GAMA  
• PONTA DA BARCA

Zona Portuária – Cabo da Praia  
9760-909 Praia da Vitória  
Telef.: 295 545 420 Fax: 295 545 429

[www.edp.pt](http://www.edp.pt)



# a energia que nos une



A nossa energia levou mais de 5 milhões de portugueses aos melhores acontecimentos culturais e festivais de música, nos últimos cinco anos.  
EDP, a energia oficial da música.